

BOAS-VINDAS E BOAS LUTAS

O Sindicato dos Professores no Distrito Federal dá as boas-vindas a todas as professoras e todos os professores neste início de mais um ano letivo. Desejamos que o trabalho de cada um de nós continue contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, o ano de 2012 já começa com dois grandes desafios: a luta pelo aumento do percentual do PIB a ser investido na Educação, de forma a garantir melhor qualidade do ensino

e valorização profissional e a luta para fazer com que o GDF cumpra o compromisso feito com a categoria em 2011, a respeito de nossa pauta de reivindicações. Já começamos uma campanha para angariar apoio da sociedade para nossas lutas. Você é fundamental nessa campanha. Converse com os colegas de trabalho, esclareça as dúvidas da comunidade e, principalmente, participe da assembleia do dia 8 de março. É com a união e força de todos que vamos vencer mais essa luta.

CHEGOU A HORA DE RESPONDER AO DESCASO DO GOVERNO

O prazo para o governo do Distrito Federal honrar os compromissos assumidos oficialmente com a categoria está chegando ao fim. Do início de nossa contagem regressiva aprovada pela assembleia do dia 17 de novembro até 8 de março, terão transcorridos 112 dias. Tempo suficiente para o GDF apresentar uma proposta que atenda aos anseios da categoria. Até o momento não houve nenhuma negociação. Nada de conversa, nada de proposta, nada de projeto, apenas o silêncio, numa demonstração clara de descaso e desrespeito para com os profissionais da Educação. Nossa resposta será dada através da luta.

As negociações com o governo a respeito da nossa pauta de reivindicações se arrastaram durante todo o ano de 2011. Chegamos a receber do GDF um documento assinado, no mês de abril, registrando um compromisso de atender alguns pontos da pauta em datas específicas. Infelizmente os prazos foram vencendo e nada foi cumprido.

Foi assim com o projeto do Plano de Saúde, que deveria ser apresentado até 30 de julho de 2011 e implantado em janeiro de 2012. Janeiro chegou, passou, e não temos um plano de saúde. Quase o mesmo se pode dizer a respeito da reestruturação do nosso Plano de Carreira que, dentre outros pontos, proporcionaria a recuperação salarial do professor pelos próximos três anos.

Discutimos alguns pontos do Plano de Carreira, mas quando a Assembleia Geral recusou a proposta de tabela salarial apresentada pelo GDF, as negociações foram suspen-

das. Atitude que vai na contramão do Decreto Legislativo nº 206/2010, por meio do qual o Congresso Nacional promulgou a Convenção 151 da OIT, que diz que a mesa de negociação deve ser permanente.

Vale lembrar que a proposta do governo nem de longe vem ao encontro do anseio da categoria de conquistar a isonomia salarial com outras carreiras de nível superior do DF até 2014: um compromisso do governador com as professoras e os professores. Entendemos que mais do que um compromisso isto é um direito.

Outras questões como o pagamento das pendências financeiras, licença-prêmio, o modelo de contrato temporário, contratação de concursados, embora tenham começado a ser discutidas com o GDF, o mesmo não apresentou uma solução, ao contrário, suspendeu as negociações. Como forma de retomada das discussões enviamos ofício solicitando audiência para negociação direta com o governador Agnelo Queiroz, mas não recebemos qualquer resposta até o momento.

A greve nos é hoje uma realidade mais próxima, diante da situação de completa inércia do GDF. Para o Sinpro-DF a categoria já deu diversas provas de tolerância para negociar. O GDF não tem demonstrado interesse em evitar a greve, uma vez que não responde via processo de negociação. Com nosso movimento de contagem regressiva reafirmamos a nossa disposição em lutar! Não podemos mais esperar! Vamos todos à assembleia do dia 8 de março dar nossa resposta ao descaso do governo.

ATENÇÃO

DIA 8 DE MARÇO

ASSEMBLEIA GERAL

COM INDICATIVO DE GREVE

ÀS 9H30 NA PRAÇA DO BURITI



NOSSAS CONQUISTAS SÃO R

Desde 1962 a nossa luta vem garantindo avanços significativos para a categoria. Greves, paralisações de advertência, atos públicos, passeatas, estão por trás de cada uma de nossas conquistas como: moradia para professores pioneiros, percentuais de reajuste, criação ou incorporação de gratificações, enfim, cada item de nosso contracheque. Embora nosso papel seja importantíssimo para a sociedade, o reconhecimento só ocorre após nossas lutas. Nossa união sempre foi nossa maior força e, graças a ela, hoje temos muito a contabilizar.

Vale lembrar que, até 1987 todas as professoras e todos os professores da rede pública do DF tinham o mesmo salário, independente do tempo de serviço. Naquele ano, após uma greve de 46 dias, conseguimos pela primeira vez ter salários diferenciados com a implantação do Plano

de Cargos e Salários (uma espécie de ensaio para nosso primeiro Plano de Carreira, Lei nº 66/89, implantado em 1990). Ao longo dos anos, conseguimos vários avanços em nosso Plano de Carreira, mas tivemos que brigar por cada um deles. E é o que estamos, mais uma vez, fazendo neste início de 2012.

Como esquecer que, no período compreendido entre a promulgação da Constituição de 1988 até o Plano de Carreira de 1990, ninguém podia mudar de nível apresentando diploma de curso superior! Foi uma época de muita luta e só após acordo com o Tribunal de Contas, a SEDF e o Sinpro-DF professoras e professores puderam ter ascensão horizontal. Esta é uma luta que até hoje travamos para ter a classe única.

Foi, também, graças a nossa mobilização que come-

HISTÓRICO DE LUTAS DA REI

ANO	PRINCIPAIS MOBILIZAÇÕES	PRINCIPAS CONQUISTAS
Mai/1962	17 dias de greve	Moradia para professores pioneiros
Abr/79	23 dias de greve	Não houve conquistas, só demissões e repressão
Mar/85	05 dias de greve	Ganho real de 45%; eleição direta p/ diretores e p/ delegado sindical; readmissão dos demitidos em 1979
Mai/86	26 dias de greve	Nenhuma conquista
Abr/87	46 dias de greve	Implantação do Plano de Cargos e Salários (um ensaio para a luta do Plano de Carreira)
Nov/87	03 dias de greve	Reajuste de 40%
Abr/88	22 dias de greve	Nenhuma conquista
Abr/89	55 dias de greve	Reajuste de 17%
Fev/90	33 dias de greve	Implantado primeiro Plano de Carreira (Lei:66/89); reajuste de 54,5% retroativos a jan/90; retorno da ascensão horizontal
Set/91	11 dias de greve	Criação da Gratificação de Regência de Classe (GRC) – 20% sobre o vencimento, com implantação em 1992
Mai/92	72 dias de greve	Reajuste de 11%, 17% e 23% p/ níveis 1, 2 e 3, respectivamente
Nov/92	32 dias de greve	Reajuste de 24%; criação da TIDEM (55%); aumento da GAT de 80% para 160%
1993	Várias paralisações	Criação da Gratificação de Alfabetização (GAL) para implementação em 1994
Set/95	23 dias de greve	Incorporação de 50% da TIDEM ao vencimento; abono de R\$140,00 e R\$280,00
Abr/96	44 dias de greve	Nenhuma conquista
Mai/98	69 dias de greve	Nenhuma conquista
Set/2000	44 dias de greve	Aumento da GRC de 20% para 30% sobre o vencimento, a partir de janeiro do ano seguinte
Mar/2002	54 dias de greve	Reajuste de 10%; retorno do auxílio-alimentação; regulamentação da Gratificação de Titularidade (GT) para cerca de 12.000 professores(as)



RESULTADO DA NOSSA LUTA

çamos a receber o tíquete alimentação, em 1995, no valor de R\$ 99,00. Mas, nossa luta não parou por aí. Hoje conseguimos a equiparação do auxílio alimentação com o valor pago na área federal que é de R\$ 304,00, livre de desconto. A meta, agora, é a isonomia com o valor do auxílio alimentação pago aos servidores da Câmara Legislativa.

A coordenação pedagógica tem sido aumentada ao longo dos anos. Nossa categoria tem, hoje, mais de 37% da jornada de trabalho dedicada à coordenação pedagógica. Os professores que tem 20 anos de regência de classe no Distrito Federal podem solicitar a redução de carga, ampliando essa coordenação pedagógica para até 50% da jornada de trabalho, fruto do atual Plano de Carreira, Lei nº 4.075/2007. Nosso pleito nesse tema é que todos tenham 50% da jornada de trabalho dedicado à coordenação pedagógica.

Em 2010, conseguimos que o direito à segunda coordenação, fora da escola, fosse estendido ao professor de Atividades. Em 2011, o coordenador pedagógico, o orientador educacional, o professor em salas de recurso e de itinerância também passaram a ter esse direito.

Cada conquista exigiu de nós uma luta específica e nossa categoria, por meio das assembleias, sempre soube escolher a melhor forma de fazê-las. Nunca nos acovardamos, sabemos o nosso valor e o que nos é devido por merecimento. Foi assim que conseguimos tudo que temos. 2012 será mais um ano de conquistas. Vamos escrever mais uma página na nossa história.

ACOMPANHE NO QUADRO DE LUTAS NOSSAS MOBILIZAÇÕES E O QUE CONQUISTAMOS COM ELAS.

DEDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

ANO	PRINCIPAIS MOBILIZAÇÕES	PRINCIPAIS CONQUISTAS
2003	Intensa mobilização com várias paralisações	Conseguimos alavancar a reformulação do Plano de Carreira (Lei 3.318/2004), com implantação gradativa: março/2004, março/2005, setembro/2005, março/2006 e julho/2006; criação de uma gratificação para os orientadores (GSE) equivalente a dos professores (GRC); fim da GAT
Mai/2005	07 dias de greve	Garantia do retorno da progressão anual da carreira; redução das etapas de progressão de 31 para 25 momentos; Inclusão de um reajuste em abril/2006; Projeto de lei do Plano de Saúde enviado e aprovado pela CLDF (engavetado até hoje)
2007	Intensa mobilização com várias paralisações	Reajuste linear de R\$ 400,00 com elevação da Tidem de 80% para 108% e da GRC de 30% para 43%, sendo que na implementação os percentuais foram incorporados e voltaram aos números anteriores; conquista da reestruturação do Plano de Carreira; garantia de reajuste para 2008/2009/2010
2008	Greve de advertência de 48h: governo descumpe acordo de 2007	Reposicionamento dos professores/orientadores nos padrões; regulamentação do Plano de Carreira
Abr/2009	16 dias de greve: Governo tenta dar calote em reajuste do Fundo Constitucional	Garantimos o repasse do índice do Fundo Constitucional de 5% em 2009 e de 10% em 2010
Mar/2010	Várias paralisações	Reajuste de 10,04%; segunda coordenação fora da escola/ Atividades; fim da contrapartida do auxílio alimentação
2011	Várias paralisações	Reajuste de 11,14% em 2011 e de 2,69% para 2012; isonomia com a área federal do auxílio alimentação no valor de R\$ 304,00, sem descontos; aprovação do projeto de lei da Gestão Democrática.



SALÁRIO DIGNO É JUSTIÇA

GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO SERÁ NOS DIAS 14, 15 E 16 DE MARÇO

Comparada com os salários pagos aos demais profissionais de nível superior que compõem a administração do governo do DF, a remuneração das professoras e dos professores está dentre as mais baixas. Irônico pensar que todos os profissionais de nosso país só o são porque primeiro passaram pelas nossas mãos.

A presidenta Dilma Rousseff reconheceu a importância de nosso trabalho ao afirmar que o desenvolvimento do país depende da educação, durante entrevista

ao programa semanal Café com a Presidenta, no dia 16 de janeiro. "A educação é a principal ferramenta para a conquista dos sonhos de cada um e também para que o Brasil continue crescendo, distribuindo renda, para que seja um

País de oportunidades para todas as pessoas. Nada é mais importante que a educação quando se trata de distribuição de renda e de garantia de futuro", disse Dilma Rousseff.

Faz sempre bem ao ego saber que nosso trabalho é importante, mas somos trabalhadores e como tal, reconhecimento não pode ficar só no discurso.

Reconhecimento é ter salário digno, boas condições de trabalho, plano de carreira, plano de saúde...

Reconhecimento é ter salário digno, boas condições de trabalho, plano de carreira, plano de saúde, enfim, tudo aquilo que faz com que o profissional esteja

satisfeito com seu trabalho. O Distrito Federal precisa e pode investir mais no seu quadro de professoras e professores.

QUEREMOS TRATAMENTO JUSTO!

Professoras e professores em todo o país vão paralisar suas atividades nos dias 14, 15 e 16 de março deste ano. Trata-se da Greve Nacional da Educação, coordenada pela CNTE, que tem como objetivo exigir plano de carreira, o cumprimento da lei nacional do piso do magistério, além do investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação. A decisão foi tomada na reunião do Conselho Nacional de Entidades da CNTE, ocorrida em 16 de dezembro de 2011, onde também ficou estabelecido que essa Greve Nacional deve ser incluída no cronograma de mobilização de cada estado e município.



EVOLUÇÃO SALARIAL DOS ÚLTIMOS ANOS

acompanhe no quadro abaixo os percentuais de reajuste salarial concedidos às professoras e aos professores da rede pública de ensino desde 2003. Cabe destacar que o percentual constante no item "variação acumulada de reajustes salariais nas gestões do GDF" não significa ganho real. Para se ter uma ideia, em 2011 tivemos um reajuste de 11,14%, mas nosso ganho real foi de 4,77%, descontada a inflação medida pelo INPC.



	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	VARIÇÃO ACUMULADA DO PERÍODO
AUMENTO SALARIAL	1%	11%	9,7%	24,1%	12,1%	17,2%	5%	10,04%	11,14%	*2,69%	?	?	**157,49%
INFLAÇÃO INPC	10,4%	6,1%	5,1%	2,8%	5,2%	6,5%	4,1%	6,47%	6,08%				**66,59%
VARIÇÃO ACUMULADA DE REAJUSTES SALARIAIS NAS GESTÕES DO GDF	52,6%				51,8%				A LUTA VAI CONSTRUIR!				

* Reajuste já garantido e votado pela CLDF em 2011 – Integralização dos 13,83% do FPDF de 2011- Não inclui percentual de reajuste do FC de 2012

** Os cálculos não incluem os anos de 2012, 2013 e 2014